

# GUARACIABA TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP SUL) S.A.

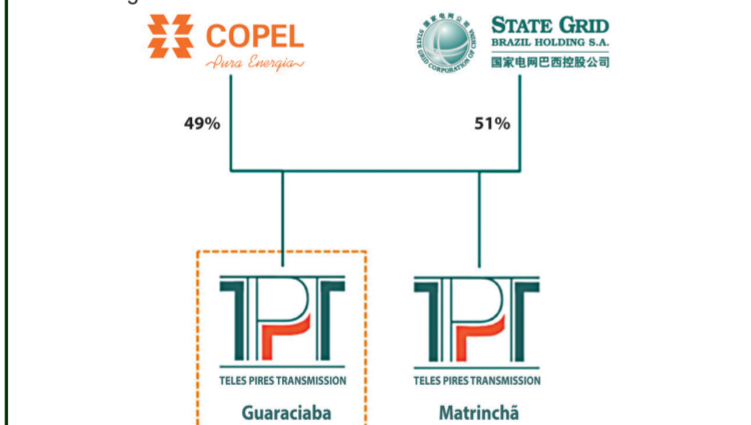
CNPJ/MF nº 15.286.437/0001-00

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2025

**Prezados Acionistas,** A Administração da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (GTE) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do relatório do Auditor Independente e do parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As Demonstrações Financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Mensagem da Administração:** O ano de 2025 foi marcado por importantes conquistas, reforçando assim o posicionamento estratégico da Companhia no setor elétrico brasileiro e seu foco em pilares como eficiência operacional, disciplina financeira, valorização de profissionais e respeito ao meio ambiente, ratificando o compromisso de transmitir energia com confiabilidade e segurança para toda a sociedade. Do ponto de vista operacional, a companhia mantém equipe própria e especializada de profissionais dedicados às atividades de operação e manutenção dos ativos de transmissão, perseguindo sempre disponibilidade do sistema acima de 99%. Algumas soluções implementadas ao longo deste ano foram a inclusão de uma fonte segura para o serviço auxiliar da SE Paranatinga oriunda do terciário do transformador da CNTE e a instalação do circuito fechado de câmeras para acompanhamento de manobras operativas na SE Sinop. Desta forma, a Companhia encerrou 2025 com disponibilidade média dos ativos de aproximadamente 99,96% e índice PVI/RAP de 2,81%. Ainda no aspecto operacional, em 22 de abril de 2025 foi publicada a Resolução Autorizativa ANEEL nº 16.080/2025 que autoriza a Companhia a implantar um banco de reatores de barra 500kV na SE Marimbondo 2 com investimento total de R\$ 46,4 milhões e RAP adicional de R\$ 6,3 milhões, ambos os números calculados na data-base junho de 2024. Atualmente, os contratos de fornecimento dos reatores e empreitada global já estão assinados e a Companhia estima concluir a implantação até abril de 2027, prazo definido pelo regulador. No aspecto ambiental, é importante destacar que a licença de operação continua vigente até agosto de 2026 e que todas as condicionantes ambientais estabelecidas pelo órgão competente (IBAMA) têm sido rigorosamente cumpridas. Em abril de 2026 a GTE solicitará a renovação da licença, de acordo com o prazo estabelecido na regulação ambiental, de maneira que a licença permaneça vigente até o fim do ciclo de vida. Abaixo, é possível observar algumas delas: Programa de Recuperação de Áreas Degradadas; Programa de Monitoramento e Contenção de Processos Erosivos; Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social; Programa de Manutenção e Limpeza de Faixa, Vias de Acesso e Subestações; Programa de Gerenciamento de Riscos - PCR; Programa de Controle de Ocupação e Uso Indevido da Faixa de Serviço. No âmbito social, a Companhia aprovou o patrocínio de projetos culturais e sociais visando fortalecer a sua marca e causar um impacto positivo na sociedade. Os projetos selecionados foram Abraço ao Mar (publicação e distribuição de livros relacionados ao tema e visita do autor para contação de histórias nas escolas), Orquestra Maré do Amanhã (busca e incentivo a jovens talentos em diversos instrumentos musicais), Circuito das Estações (4 etapas de corrida de rua), Hospital Pequeno Príncipe (maior hospital pediátrico do Brasil) e Hospital Erasto Gaertner (centro de excelência em prevenção, diagnóstico, tratamento, ensino e pesquisa de câncer, referência no sul do Brasil). A segurança da informação e a proteção de dados também são temas de especial importância. A Companhia mantém vigente uma política de proteção de dados alinhada aos princípios estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), adota procedimentos adequados para cumprir todas as determinações legais e tem a satisfação de informar que não foi observado nenhum incidente de segurança no período. Referente à cibersegurança, a Companhia tomou ações proativas e garantiu o atendimento das condições solicitadas pelos órgãos reguladores. Em projetos de pesquisa e desenvolvimento, a Companhia concluiu a primeira fase do projeto de sensores de monitoramento de bancos de capacitores série, tendo obtido resultados bastante interessantes e vislumbrando a aprovação da segunda fase. Outro projeto de sucesso, alvo de constantes elogios em eventos importantes do setor como Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (SNPTEE) e também por parte da ANEEL, é o desenvolvimento de um veículo robotizado autônomo para inspeção e monitoramento de subestações. Este projeto continua em andamento com expectativa de conclusão em 2027. No aspecto financeiro, a Fitch Ratings elevou o Rating Nacional de Longo prazo da segunda emissão de debêntures da GTE de "AA"(bra) para "AA"(bra), refletindo o robusto desempenho operacional e financeiro do projeto. A conclusão da Fitch é corroborada pela margem EBITDA regulatória ajustada de 89,45% em 2025. Não menos importante, a Companhia manteve em 2025 sua política de remuneração aos acionistas, distribuindo R\$ 23,2 milhões em dividendos. Esta remuneração está alinhada ao conceito de máxima geração de valor aos acionistas sem comprometer a qualidade na operação, a remuneração do capital de terceiros e o plano de investimentos da GTE.



As próximas páginas deste relatório abordarão, de forma um pouco mais detalhada, temas relevantes como desempenho operacional e financeiro ao longo do exercício de 2025. **Sumário Executivo:** A Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A., Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, nº 955, sala 1101 (parte), Centro, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), formada pelos acionistas State Grid Brazil Holding (SGBH) e Copel Geração e Transmissão S.A. (COPEL), e tem como objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia.

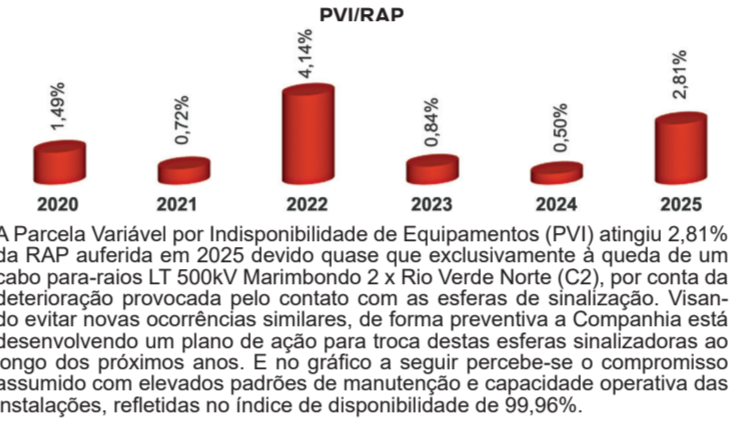


A Companhia sagrou-se vencedora do Lote B do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012, cujo Contrato de Concessão nº 013/2012 foi assinado em 10 de maio de 2012. O Lote B é composto por uma linha de transmissão em 500 kV de aproximadamente 600 quilômetros de extensão interligando as subestações Ribeirãozinho, Rio Verde do Norte e Marimbondo II, pelo seccionamento das linhas de transmissão em 500 kV Marimbondo - Araraquara C1 e C2, de propriedade de Furnas Centrais Elétricas S.A., e pela subestação Marimbondo II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. Adicionalmente, a Guaraciaba recebeu da ANEEL uma autorização para projeto de reforço, conforme detalhado a seguir: Reator de barra na SE Marimbondo II: Reforço autorizado por meio da Resolução ANEEL nº 9.693/2021, de fevereiro de 2021, e corresponde à implantação de um banco de reatores de barra monofásicos, em 500 kV, 3x45,5 MVar, incluindo o módulo de manobra, na subestação Marimbondo II. Este reforço está em operação comercial desde 2022, com cerca de onze meses de antecedência em relação ao prazo definido pela ANEEL e, por ser um projeto classificad como prioritário pela ANEEL, adquiriu o direito de receber RAP bonificada

Balanco patrimonial - 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	40.564	48.521
Contas a receber	7	13.098	16.746
IRPJ e CSLL a recuperar		1.189	2.826
Estoque	10	30.892	21.407
Caixa Restrito	9	249	-
Ativo de contrato		125.910	122.103
Outros ativos	8	10.027	6.887
		<b>221.929</b>	<b>218.490</b>
<b>Não circulante</b>			
Caixa Restrito	9	27.529	28.376
Ativo de contrato	8	1.445.437	1.447.704
Imobilizado		2.840	3.024
Intangível		-	12
		<b>1.475.806</b>	<b>1.479.116</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.697.735</b>	<b>1.697.606</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

pelo mesmo período de antecipação de sua conclusão, cujos efeitos financeiros foram no período de julho de 2023 a junho de 2024. Reator de barra na SE Marimbondo II: Reforço autorizado por meio da Resolução ANEEL nº 16.080/2025, de abril de 2025, e corresponde à implantação de um banco de reatores de barra monofásicos, em 500 kV, 136 MVar, incluindo interligação de barramentos IBS arranjo disjuntor e meio, módulo de conexão com disjuntor e módulo de infraestrutura. O investimento aprovado pela ANEEL é de R\$ 46,4 milhões e a RAP adicional é de R\$ 6,3 milhões, ambos calculados na data-base junho de 2024. Os investimentos foram iniciados no segundo trimestre de 2025, os contratos de fornecimento dos reatores e empreitada global já foram assinados e a Companhia estima conclusão deste projeto até abril de 2027, dentro do prazo autorizado pela ANEEL. A Guaraciaba possui RAP (Receita Anual Permitida) atualizada de R\$ 154,0 milhões de reais, considerando reforços. **Desempenho da Companhia:** A Companhia apresenta a seguir os principais indicadores de desempenho referentes ao exercício de 2025: **Desempenho Operacional:** Para compreender os indicadores de desempenho operacional da Companhia, dois conceitos são fundamentais: disponibilidade de equipamentos em termos de tempo e parcela variável por indisponibilidade de equipamentos. A disponibilidade de equipamentos representa basicamente o tempo no qual os equipamentos permaneceram disponíveis ao Operador Nacional do Sistema Elétrico em relação ao tempo máximo possível. O valor correspondente à parcela variável representa a perda de RAP em função da indisponibilidade de determinado equipamento ou função de transmissão (FT) por um período. Esta indisponibilidade pode ser programada com antecedência, programada sem antecedência ou ainda não programada. Tais características imputam um fator multiplicador à perda de RAP, da ordem de 10 (dez) a 50 (cinquenta) ou 150 (cento e cinquenta) vezes o valor da RAP no período de indisponibilidade. Isto explica por que em algumas ocasiões a disponibilidade de equipamentos é de 99% durante um período, mas a parcela variável representa muito mais do que estes 1% restantes. Abaixo, a Companhia apresenta o percentual de parcela variável por indisponibilidade de equipamentos em relação à RAP total auferida no exercício.



A Parcela Variável por Indisponibilidade de Equipamentos (PVI) atingiu 2,81% da RAP auferida em 2025 devido quase que exclusivamente à queda de um cabo para-raios LT 500kV Marimbondo 2 x Rio Verde Norte (C2), por conta da deterioração provocada pelo contato com as esferas de sinalização. Visando evitar novas ocorrências similares, de forma preventiva a Companhia está desenvolvendo um plano de ação para troca destas esferas sinalizadoras ao longo dos próximos anos. E no gráfico a seguir percebe-se o compromisso assumido com elevados padrões de manutenção e capacidade operativa das instalações, refletidas no índice de disponibilidade de 99,96%.

### DISPONIBILIDADE



Dados econômicos-financeiros (R\$ mil)	Ano		Variação (%)
	2025	2024	
Receita Operacional Bruta Societário	164.559	162.845	1,04%
Receita de Construção	6.362	-	100,00%
Remuneração dos Ativos de Concessão	117.315	117.269	0,04%
Receita de Operação e Manutenção	40.882	45.576	-11,48%
Receita Operacional Líquida Societário	142.056	140.654	0,99%
Indisponibilidade de Equipamento	(4.157)	(558)	86,58%
Custo de Construção	(11.660)	(13.790)	-18,27%
Custos e Despesas Operacionais	(23.742)	(22.470)	5,36%
Depreciação e Amortização	(282)	(226)	20,04%
Revisão Tarifária	-	-	0,00%
EBITDA Societário	106.936	104.394	2,38%
Margem EBITDA Societário	75%	74%	1,40%
Resultado Financeiro	(29.873)	(31.296)	-4,76%
Lucro Líquido Societário	47.041	46.084	2,03%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	4,12%	4,17%	-1,14%
Receita Operacional Líquida Regulatório	140.517	141.252	-0,52%
EBITDA Regulatório Ajustado*	125.687	121.951	2,97%
Margem EBITDA Regulatória Ajustada*	89,45%	86,34%	3,48%

Informações Patrimoniais (R\$ mil)	Ano		Variação (%)
	2025	2024	
Ativo Total	1.697.735	1.697.606	0,01%
Divida Bruta	327.155	368.706	-12,70%
Divida Líquida	258.813	291.810	-12,75%
Patrimônio Líquido	1.142.105	1.106.236	3,14%

Indicadores Financeiros de Dívida	Ano		Variação (%)
	2025	2024	
Endividamento (Divida Líquida / EBITDA Regulatório Ajustado)	2,1	2,8	-35,7%
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	1,3	1,3	0,1%

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	16	142.056	140.654
Custo de construção	17	(11.660)	(13.790)
Custo de operação e manutenção - O&M	18	(14.329)	(17.196)
<b>Lucro bruto</b>		<b>116.067</b>	<b>109.668</b>
Despesas operacionais	19	(3.538)	(3.451)
Pessoal		(1.528)	(2.932)
Serviços de terceiros		(3.738)	(4.091)
Perda de crédito esperada		497	5.429
Contingências		8	453
Outras receitas		(1.114)	(908)
Outras despesas		(1.114)	(908)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e impostos		<b>106.654</b>	<b>104.168</b>
Receitas financeiras	20	9.858	8.481
Despesas financeiras	20	(39.731)	(39.777)
<b>Resultado financeiro (líquido)</b>		<b>(29.873)</b>	<b>(31.296)</b>
Resultado antes da tributação		<b>76.781</b>	<b>72.872</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	14	(19.777)	(17.090)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	14	(9.963)	(9.698)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>47.041</b>	<b>46.084</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

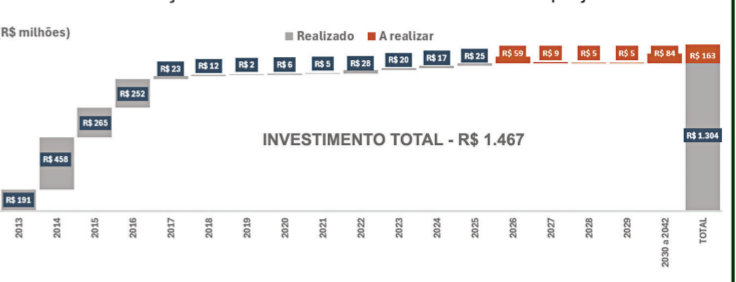
Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício		47.041	46.084
Total de resultado abrangente do exercício		<b>47.041</b>	<b>46.084</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

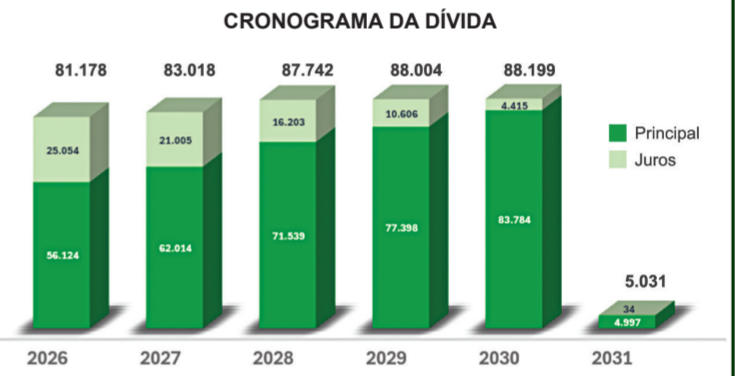
Balanco patrimonial - 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		3.602	1.120
Empréstimos e financiamentos	11	38.257	36.308
Debêntures	12	18.915	24.750
Salários e encargos		1.049	938
Impostos e contribuições sociais	14	1.571	1.728
IRPJ e CSLL a recolher	14	592	894
Dividendos a pagar	15	57.362	69.422
Outros passivos		5.067	4.800
		<b>126.415</b>	<b>139.960</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	11	185.403	215.241
Debêntures	12	84.580	92.407
Provisão para Contingências	13	2.392	2.890
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	156.840	140.872
		<b>429.215</b>	<b>451.410</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>733.832</b>	<b>733.832</b>
Capital social	15.a	29.071	26.719
Reserva legal	15.b	379.202	345.685
Reserva de lucros retidos		1.142.105	1.106.236
		<b>1.697.735</b>	<b>1.697.606</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1.697.735</b>	<b>1.697.606</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EBITDA Regulatório Ajustado - A Companhia realizou os seguintes ajustes: (i) desconsiderou os desembolsos com o incentivo à cultura no valor de R\$ 0,5 milhão uma vez que essas despesas são feitas por meio de leis que permitem que as empresas invistam parte do imposto devido em projetos culturais; (ii) desconsiderou provisões contábeis sem efeito caixa no valor de R\$ 3,2 milhões; (iii) desconsiderou baixa contábil de materiais de almoxarifado utilizados nas atividades de manutenção no valor de R\$ 2,4 milhões; e (iv) não considerou gastos não recorrentes relacionados a emergências no valor de R\$ 2,5 milhão.** O EBITDA regulatório ajustado totalizou R\$ 125,7 milhões em 2025 contra R\$ 121,9 milhões em 2024, o que representa um aumento de 3% ou R\$ 3,8 milhões e pode ser explicado basicamente pelo reajuste anual da RAP deduzido do aumento de PVI de R\$ 3,6 milhões no período. **Investimentos:** A Companhia apresenta neste item a evolução dos investimentos desde o início do projeto:



O plano de investimentos da Companhia envolve iniciativas que ofereçam incremento relevante na taxa de retorno do projeto, aumento da confiabilidade na operação dos ativos de transmissão e investimentos em pesquisa e desenvolvimento. A GTE encerrou o exercício de 2025 com um investimento total de R\$ 24,7 milhões, aplicados principalmente na aquisição de equipamentos sobressalentes (R\$ 13,7 milhões), implantação do novo reforço na SE Marimbondo 2 (R\$ 5,6 milhões); indenizações fundiárias complementares (R\$ 4,4 milhões); P&D (R\$ 0,2 milhão) e outros investimentos relacionados à concessão (R\$ 0,8 milhão). Para 2026, a Companhia planeja investir mais R\$ 59,1 milhões. Deste montante, (i) R\$ 38,4 milhões estão relacionados ao novo reforço na SE Marimbondo 2; (ii) R\$ 9,3 milhões relacionados principalmente à aquisição de novos equipamentos sobressalentes de subestações; (iii) R\$ 4,1 milhões são reservados a investimentos nos ativos de transmissão para recuperação de emergências; (iv) R\$ 2,5 milhões referentes ao complemento de indenização fundiária (processos judiciais que discutem o valor justo da indenização da faixa de servidão ocupada pelos ativos de transmissão); (v) R\$ 1,7 milhão referente a novos projetos de pesquisa e desenvolvimento; (vi) R\$ 1,2 milhão na substituição de sistema supervisão; (vii) R\$ 1,6 milhão na troca do banco de baterias e melhorias nos serviços auxiliares; e (viii) R\$ 0,3 milhão serão aplicados em outros investimentos relacionados à concessão. **Endividamento:** Em dezembro de 2025, a dívida bruta da GTE totalizou R\$ 327,2 milhões, sendo constituída basicamente pelo financiamento de longo prazo concedido pelo BNDES e pela segunda emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações e em série única, frente a R\$ 368,7 milhões em 2024. O perfil de endividamento da Guaraciaba contava com 17,5% da dívida contabilizada no curto prazo e 82,5% no longo prazo. Abaixo, a Companhia apresenta a evolução do endividamento, bem como sua segregação entre curto e longo prazo e o cronograma de vencimento da dívida para os próximos anos:



GUARACIABA TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP SUL) S.A.					
CNPJ/MF nº 15.286.437/0001-00					
Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
	Capital social	Reservas de Lucros	Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	733.832	24.415	312.850	-	1.071.097
Lucro líquido do exercício	-	-	-	46.084	46.084
Constituição de reserva legal	-	2.304	-	(2.304)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(10.945)	(10.945)
Reserva de retenção de lucros	-	-	32.835	(32.835)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	733.832	26.719	345.685	-	1.106.236
Lucro líquido do exercício	-	-	-	47.041	47.041
Constituição de reserva legal	-	2.352	-	(2.352)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(11.172)	(11.172)
Reserva de retenção de lucros	-	-	33.517	(33.517)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	733.832	29.071	379.202	-	1.142.105

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
	31/12/2025	31/12/2024		
Receita	164.568	163.354		
Receita	(3.738)	(4.091)		
Perda de crédito esperada				
Insuamos adquiridos de terceiros	(11.660)	(13.790)		
Custo de construção	(3.773)	(5.460)		
Materiais	(6.550)	(8.226)		
Serviços	(282)	(103)		
Depreciação	139.565	131.493		
Valor adicionado bruto	10.336	8.895		
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado financeiro	149.901	140.388		
Valor adicionado total a distribuir				
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	7.372	6.916		
Remuneração direta	1.535	1.411		
Outros benefícios	403	407		
FCTS	9.310	8.734		
Tributos	53.230	49.460		
Federais	114	512		
Estaduais	53.344	49.372		
Remuneração do capital de terceiros	958	683		
Arrendamentos e alugueis	39.731	39.777		
Juros	(497)	(5.429)		
Contingência	480	464		
Doações, contribuições e subvenções	(466)	103		
Outros	40.206	35.598		
Remuneração do capital próprios	47.041	46.084		
Lucro líquido do exercício	149.901	140.388		

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31/12/2025 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
<b>1. Contexto operacional:</b> Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. ("Companhia"), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar, Centro, no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - (SPE) e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Energia, prestação de serviços de engenharia, instalação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"). A Companhia foi criada pela State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH"), e pela Copel Geração e Transmissão S.A. ("COPEL GeT"), com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 013/2012 ("Leilão"), realizado pela ANEEL.				
<b>a) Da concessão:</b> A Companhia sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o lote B, formação Subestação Marimbondo II (500 kV), pelas linhas de transmissão 500 kV Ribeirão Rio Verde Norte e Rio Verde Norte - Marimbondo II, e pelo seccionamento das linhas de transmissão (500 kV) Marimbondo II - Araraquara C1 e C2 na subestação Marimbondo II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. As linhas de transmissão têm como objetivo escoar a energia gerada pelas usinas Teles Pires e Colider. A subestação Marimbondo II cumpre as funções de atender às regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília e proporcionar intercâmbio regional entre o Centro-Oeste e o Sudeste. O Contrato de Concessão nº 013/2012 foi assinado em 10/05/2012, com vigência até 10/05/2042. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica é celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) e regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, estabelecendo (i) quais os serviços que o operador deve prestar e (ii) os padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. A remuneração é regulada através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela receita anual permitida (RAP), parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador, com fator de reajuste anual pelo IPCA em 1º de julho de cada ano. Além disso, há previsão contratual para revisão tarifária no 5º, 10º e 15º anos de vigência a partir da data de assinatura do contrato. A RAP vencedora do Leilão de Transmissão de R\$ 73.080, foi sendo reajustada de tempos em tempos tendo sido o último reajuste em julho de 2025 quando a RAP teve reajuste de aproximadamente 5,32%, chegando a R\$ 154.032 O montante de RAP recebida no exercício de 2024 foi de R\$ 146.252. Em setembro de 2016 a Companhia recebeu do ONS o Termo de Liberação Provisória (TLP) para início do escoamento parcial entre os trechos desde a subestação de Segurança Social subestação de Marimbondo II, da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires. Em 16 de fevereiro de 2018, a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 30 de janeiro de 2018, desta forma, encontrando-se apta a receber a RAP em sua integralidade. Em 09 de fevereiro de 2021 foi publicada a Resolução Autorizativa (REA) 9693/2021 que autoriza a Companhia a implantar reforços em suas instalações de transmissão. O objeto da REA é a implantação de um banco de reatores na subestação de Marimbondo II, com prazo de construção de até 30 meses e Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 3.198, data-base junho/2020 quando estiver operando. A Companhia começou o investimento no terceiro trimestre de 2021. Em setembro de 2022 foram concluídas as obras do Novo Ramal de Marimbondo (REA 9693/2021) e em 13 de outubro de 2022, a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 24 de outubro de 2022. Em 22 de abril de 2025 foi publicada a Resolução Autorizativa (REA) 16080/2025 que autoriza a Companhia a implantar o Reforço de Grande Porte em instalação de transmissão. O objeto da REA é a implantação de um banco de reatores de barra 500kV na subestação de Marimbondo 2 com investimento total de R\$ 46.404 e o prazo de construção de até 24 meses, com a Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 6.319, data-base junho/2024. A companhia começou o investimento no segundo trimestre de 2025. <b>b) Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (REIDI):</b> A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e <b>c) Licenciamento Ambiental:</b> A Companhia teve sua Licença de Operação (LO) expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 30 de agosto de 2016, sob Registro no IBAMA nº 02001.005398/2012-38, emitida sem ressalvas, válida pelo prazo de 10 (dez) anos a partir de sua data de emissão. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação estão sendo cumpridas conforme o previsto. <b>d) Revisão Tarifária:</b> Em setembro de 2022, a Companhia reconheceu como outras receitas operacionais o efeito da revisão tarifária sobre o ativo contratual, conforme previsto em Instrução emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. O resultado da revisão tarifária para GTE foi o ajuste valor presente do ativo do contrato em aproximadamente R\$ 146.121. <b>2. Base de preparação e mensuração:</b> As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações, emitidas pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos. As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste de valor presente para ativos diferidos, análise de risco de crédito e risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram autorizadas pela administração em 05 de fevereiro de 2026. <b>3. Moeda funcional e moeda de apresentação:</b> As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. <b>4. Uso de estimativas e julgamentos:</b> Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As evidências das estimativas são reconhecidas prospectivamente. <b>a) Ativo de Contrato e remuneração do Ativo de Contrato:</b> A Companhia mensura o Ativo de Contrato no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início da concessão, a Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato ("Taxa de Remuneração") é estimada pela Companhia por meio de avaliações financeiras, utilizando-se de componentes internos e externos de mercado. O saldo do Ativo de Contrato reflete o valor do fluxo de caixa futuro esperado descontado pela Taxa de Remuneração. O fluxo de caixa é impactado pelas estimativas da Companhia na determinação da Taxa de Remuneração, que deve resumir o investimento na construção da infraestrutura. Além disso, no fluxo de caixa considera-se a indenização que se espera receber do Poder Concedente ao final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão. A Companhia utiliza os seus resultados históricos e se necessário, busca dados de referência de suas acionistas, para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão. <b>b) Receita de operação e manutenção ("O&amp;M")</b> são determinadas com base nos valores estimados pela Administração para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão. <b>c) Margem, receita e custo de construção:</b> A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras intermediárias margem de lucro sobre os valores registrados a título de custo de construção da infraestrutura de transmissão com base em estimativas no início da concessão. A construção foi efetuada por terceiros, tendo em vista a natureza principal da companhia ser de uma concessionária de transmissão de energia elétrica. <b>d) Avaliação de instrumentos financeiros:</b> A nota explicativa nº 21.1 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas. <b>e) Impostos, contribuições e tributos:</b> Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos, bem como ao valor e momento de resultados tributáveis esperados. Em virtude da natureza de longo prazo, a Companhia adota premissas para estimar os valores devidos de impostos. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. Questionamentos por autoridades fiscais podem surgir em uma variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes nas jurisdições onde a Companhia atua. A Companhia constituiu provisões, na medida em que julga necessário e com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte de autoridades fiscais das jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência em auditorias fiscais anteriores. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporá-				



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>

<b>GUARACIABA TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP SUL) S.A.</b> CNPJ/MF nº 15.286.437/0001-00						
<b>10. Estoque:</b> Os estoques são compostos principalmente por materiais essenciais para a manutenção de subestações, como reatores, transformadores, disjuntores, entre outros. Esses itens são consumidos de acordo com a demanda de manutenção preventiva e corretiva ao longo do exercício. Além disso, o estoque também abrange estruturas metálicas das torres das linhas de transmissão. O custo dos estoques é determinado pelo método de alocação de custo médio. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.						
	31/12/2023	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Custo de transação a amortizar	31/12/2024
Debêntures	129.131	15.482	(9.381)	(16.275)	-	118.957
Custo de transação	(2.099)	-	-	-	299	(1.800)
	<b>127.032</b>	<b>15.482</b>	<b>(9.381)</b>	<b>(16.275)</b>	<b>299</b>	<b>117.157</b>
As debêntures estão segregadas conforme abaixo:						
	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
Circulante		18.915	24.750			
Não circulante		84.580	92.407			
		<b>103.495</b>	<b>117.157</b>			
Em 31 de dezembro de 2025, o cronograma de vencimento das Debêntures está detalhado a seguir:						
	2026	2027	2028	2029 até o final do contrato	Total	
Debêntures	19.245	18.918	22.357	44.715	105.235	
	<b>19.245</b>	<b>18.918</b>	<b>22.357</b>	<b>44.715</b>	<b>105.235</b>	
As debêntures possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de no mínimo 1,20, a partir de 31 de dezembro de 2019, e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% durante toda a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2025 todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia. A mensuração do cálculo é requerida anualmente, na data base do exercício. Adicionalmente, o contrato de financiamento estabelece covenants financeiros e obrigações a serem observados pela Companhia. As principais obrigações foram integralmente cumpridas, e, encontram-se transcritas abaixo: (a) Ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM. (b) Redução do capital social da emissora, independentemente da distribuição de recursos às suas acionistas diretas e indiretas, ou cancelamento de adiantamento para futuro aumento de capital realizados por acionistas da emissora, sem prévia autorização do debenturista. (c) Não constituir, sem autorização prévia do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos do Contrato de Cessão fiduciária. (d) Vincular, em favor de outro credor, os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES. (e) Sem prévia autorização do BNDES, não realizar distribuição de dividendos e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado. Em 31 de dezembro de 2025, não houve incidência de nenhum evento que requeresse comunicação ao BNDES.						
<b>11. Empréstimos e financiamentos</b>						
	31/12/2023	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	31/12/2024	31/12/2024
BNDES Subcrédito A	240.314	23.959	(18.557)	(32.022)	213.694	213.694
BNDES Subcrédito B	10.035	965	(735)	(1.355)	8.910	8.910
BNDES Subcrédito C	1.200	94	(66)	(172)	1.056	1.056
	<b>251.549</b>	<b>25.018</b>	<b>(19.358)</b>	<b>(33.549)</b>	<b>223.660</b>	<b>223.660</b>
	31/12/2023	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	31/12/2024	31/12/2024
BNDES Subcrédito A	267.463	22.611	(20.625)	(29.135)	240.314	240.314
BNDES Subcrédito B	11.186	906	(823)	(1.234)	10.035	10.035
BNDES Subcrédito C	1.349	85	(74)	(160)	1.200	1.200
	<b>279.998</b>	<b>23.602</b>	<b>(21.522)</b>	<b>(30.529)</b>	<b>251.549</b>	<b>251.549</b>
		31/12/2025	31/12/2024			
Circulante		38.257	36.308			
Não circulante		185.403	215.241			
		<b>223.660</b>	<b>251.549</b>			
Em 28 de setembro de 2016, foi assinado um Contrato de Financiamento com o BNDES, no valor total de R\$440.000. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da Companhia, sob a forma de três subcréditos: <b>Subcrédito "A"</b> : No valor de R\$420.000 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,42% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade. O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017. O principal da dívida deve ser pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031. <b>Subcrédito "B"</b> : No valor de R\$17.854 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade. O montante apurado foi capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de janeiro de 2017. O principal da dívida deve ser pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2031. Este subcrédito foi desembolsado em sua totalidade. <b>Subcrédito "C"</b> : No valor de R\$2.200 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. Este subcrédito é destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 151 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de agosto de 2021 e a última em 15 de fevereiro de 2034. Em 31 de dezembro de 2024 já haviam sido desembolsados R\$2.200 deste subcrédito C. Como garantia do financiamento, a Companhia assinou o contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cedendo os direitos relacionados ao Contrato de Concessão. Em 31 de dezembro de 2025, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:						
	2026	2027	2028	2029 até o fim do contrato	Total	
BNDES Subcrédito A	36.534	35.815	35.815	105.530	213.694	
BNDES Subcrédito B	1.534	1.506	1.506	4.364	8.910	
BNDES Subcrédito C	189	186	186	495	1.056	
	<b>38.257</b>	<b>37.507</b>	<b>37.507</b>	<b>110.389</b>	<b>223.660</b>	
<b>Cláusulas restritivas (Covenants):</b> Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar anualmente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,20 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava em conformidade com as suas cláusulas restritivas. A mensuração do cálculo é requerida anualmente, na data base do exercício. <b>Principais cláusulas restritivas do BNDES:</b> Adicionalmente, o contrato de financiamento estabelece covenants financeiros e obrigações a serem observados pela Companhia. As principais obrigações foram integralmente cumpridas, e, encontram-se transcritas abaixo: (a) Não constituir, sem autorização prévia do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos do Contrato de Cessão fiduciária. (b) Vincular, em favor de outro credor, os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES. (c) Sem prévia autorização do BNDES, não realizar distribuição de dividendos e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado. (d) Não firmar contrato de mútuo com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do Grupo Econômico a que pertença a Beneficiária e/ou seus acionistas, inclusive AFAC, ressalvados os AFACs durante o período de implantação do Projeto, bem como não efetuar redução de seu capital social até a liquidação final das obrigações do contrato, sem prévia e expressa anuência do BNDES. (e) Manter, durante o período de amortização do contrato, recursos na "Conta reserva", com valores equivalentes a três vezes o valor da prestação mensal vincenda do serviço da dívida incluindo principal, juros e demais despesas pagas. (f) Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores de aspectos socioambientais durante o período de vigência deste contrato. (g) Informar ao BNDES sobre a existência de qualquer ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa relacionada ao projeto, especialmente quanto aos aspectos ambientais e/ou sociais, no prazo de 3 dias úteis a contar da data em que a beneficiária teve conhecimento da existência de tal ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa; e Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato). (h) Apurar anualmente o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), calculado conforme metodologia constante no contrato. Em 31 de dezembro de 2025, não houve incidência de nenhum evento que requeresse comunicação ao BNDES. <b>12. Debêntures:</b> Além do contrato de financiamento com BNDES, em 2018 a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única para distribuição com esforços restritos, conforme ICVM 476, tendo a liquidação ocorrido em 03 de outubro de 2018. A emissão ocorreu nos termos da Lei 12.431/11, conforme alterada, tendo em vista o enquadramento do Projeto pelo Ministério de Minas e Energia (MME). As debêntures possuem as seguintes características: • Oferta: 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431); • Código do ativo registrado na CETIP: TPSU12; • Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão; • Data de emissão: 15/07/2018; • Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/06/2019; • Data de vencimento: 15/12/2030; • Quantidades de debêntures emitidas: 118.000; • Volume da Série: R\$118.000 • Tipo de Remuneração: IPCA; • Taxa de Juros/Spread: 7,3870% a.a.; • Garantias contempladas com o BNDES. A seguir é apresentada a movimentação das debêntures:						
	31/12/2024	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Custo de transação a amortizar	31/12/2025
Debêntures	118.957	13.590	(8.534)	(18.778)	-	105.235
Custo de transação	(1.800)	-	-	-	60	(1.740)
	<b>117.157</b>	<b>13.590</b>	<b>(8.534)</b>	<b>(18.778)</b>	<b>60</b>	<b>103.495</b>
<b>15. Patrimônio líquido:</b> a) <b>Capital social:</b> Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$733.832 (setecentos e trinta e três milhões, oitocentos e trinta e dois mil, trezentos e três reais) dividido em 733.832,303 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:						
	31/12/2025	31/12/2024	%			
State Grid Brazil Holding S.A.	374.254	374.254	51%			
Copel Geração e Transmissão S.A.	359.578	359.578	49%			
	<b>733.832</b>	<b>733.832</b>	<b>100%</b>			
b) <b>Reserva legal:</b> A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações. c) <b>Dividendos:</b> Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nº 6.404/76. Em 09 de março de 2023, os acionistas aprovaram a postergação do pagamento de dividendos anteriormente destinados, em razão da emissão da Resolução Autorizatória 9693, para a implantação de um banco de reatores na Subestação Marimbondo 2. De modo a evitar qualquer descumprimento do disposto no art. 205 da Lei nº 6.404/76, a Administração submeterá à Assembleia Geral Ordinária proposta para postergação dos prazos de pagamento dos dividendos declarados nos exercícios de 2023, 2024 e 2025. Em 10 de maio de 2024, a Companhia pagou o valor de R\$20.976 e em 27 de novembro de 2024, a Companhia pagou o valor de R\$12.144, referente à distribuição parcial de dividendos mínimos obrigatórios dos exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia destinou o valor de R\$10.945, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado após a destinação de 5% para reserva legal, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, sendo R\$0,0149 para cada ação do capital social. Em 30 de maio de 2025, a Companhia pagou o valor de R\$23.232, referente à distribuição parcial de dividendos mínimos obrigatórios dos exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou o valor de R\$11.172, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado após a destinação de 5% para reserva legal, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, sendo R\$0,0152 para cada ação do capital social.						
<b>16. Receita operacional líquida:</b>						
	31/12/2025	31/12/2024				
Receita de Construção	6.362	-				
Remuneração dos ativos de contrato	117.315	117.269				
Receita de Operação e Manutenção	40.502	45.282				
Outras de Receitas	380	294				
	<b>164.559</b>	<b>162.845</b>				
<b>Receita operacional bruta</b>						
	31/12/2025	31/12/2024				
Deduções da receita operacional						
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.405)	(1.412)				
Reserva global de reversão - RGR	(4.996)	(4.634)				
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(554)	(548)				
Pis	(2.773)	(2.782)				
Cofins	(12.775)	(12.815)				
	<b>142.056</b>	<b>140.654</b>				
<b>Total receita operacional líquida</b>						
	31/12/2025	31/12/2024				
Máquinas e equipamentos	(6.228)	(1.888)				
Serviços de terceiros	(402)	(12.923)				
Serviço	(4.332)	(10.282)				
Recuperação Custo de Construção	-	11.303				
Edificações e obras civis	(694)	-				
Móveis e Utensílios	(4)	-				
	<b>(11.660)</b>	<b>(13.790)</b>				
<b>18. Custo de operação e manutenção</b>						
	31/12/2025	31/12/2024				
Pessoal	(5.772)	(5.282)				
Materiais	(3.748)	(5.443)				
Serviços de terceiros	(3.534)	(4.904)				
Arrendamentos e alugueis	(829)	(564)				
Seguros	(419)	(386)				
Tributos	(118)	(687)				
Recuperação de despesas	91	70				
	<b>(14.329)</b>	<b>(17.196)</b>				
<b>19. Despesas operacionais e administrativas</b>						
	31/12/2025	31/12/2024				
Pessoal	(3.538)	(3.451)				
Materiais	(25)	(17)				
Serviços de terceiros	(1.528)	(2.932)				
Arrendamentos e alugueis	(129)	(119)				
Seguros	(69)	(72)				
Doações, contribuições e subvenções	(480)	(464)				
Perdas de crédito esperada	(3.738)	(4.091)				
Contingência	497	5.429				
Tributos	(509)	(11)				
Depreciação	(270)	(199)				
Amortização	(12)	(26)				
Outras Receitas	8	453				
Outras Despesas	378	-				
	<b>(9.415)</b>	<b>(5.500)</b>				
<b>20. Receitas (despesas) financeiras</b>						
	31/12/2025	31/12/2024				
Receitas de aplicações financeiras	10.053	7.843				
Variações monetárias ativas	269	1.042				
Juros sobre recebimentos	7	9				
Outras receitas financeiras	7	1				
Pis sobre receitas financeiras	(67)	(58)				
Cofins sobre receitas financeiras	(411)	(356)				
	<b>9.858</b>	<b>8.481</b>				
<b>Despesas financeiras</b>						
	31/12/2025	31/12/2024				
Variações monetárias passivas	(121)	(138)				
Juros e multas	(687)	(1)				
Juros sobre empréstimos e debêntures	(38.607)	(39.083)				
Despesas com debêntures	(60)	(299)				
Outras despesas financeiras	(256)	(256)				
	<b>(39.731)</b>	<b>(39.777)</b>				
	31/12/2025	31/12/2024				
	(29.873)	(31.296)				
<b>21. Gestão de riscos:</b> O gerenciamento de riscos visa identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir as estratégias de controle e as ações para mitigação dos riscos e subsequentemente para monitorar esses riscos. A Administração define o apetite para riscos em contextos e situações específicas e acompanha o cumprimento do plano de gerenciamento de riscos, revisando sua estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito também com base nas políticas dos acionistas da Companhia. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados e as estratégias de gerenciamento adotadas. a) <b>Riscos de crédito:</b> É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. As operações que sujeitam a companhia ao risco de crédito decorrem principalmente de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes, conforme apresentado a seguir:						
	31/12/2025	31/12/2024				
Caixa e equivalentes de caixa	40.564	48.521				
Conta a receber	13.098	16.746				
Caixa restrito	27.778	28.376				
	<b>81.440</b>	<b>93.643</b>				
• Caixa e equivalentes de caixa: representado pelo valor mantido em contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata. A política de abertura de contas bancárias e aplicações financeiras restringe o relacionamento com instituições bancárias com rating mínimo de AA+. As aplicações devem ser feitas predominantemente em CDB. • Contas a receber: Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando o baixo risco de inadimplência de seus clientes. O Contrato de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST"), celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Carta de Fiança Bancária - CFB e ii) Contrato de Constituição de Garantia - CCG. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. • Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. • No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário - CFB. • Caixa restrito: representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das debêntures, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debêntures da Companhia. b) <b>Risco de mercado:</b> A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros e índices de preços. A Companhia não enxerga necessidade em fazer hedge para se proteger desses riscos, tendo em vista que na fase atual de Operação e Manutenção não há exposição a variações de preços de commodities e seus contratos têm índice de reajuste em linha com reajuste da receita. Porém esses riscos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou em quaisquer outros ativos de risco. Risco de taxa de juros: refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:						
	31/12/2025	31/12/2024				
Instrumentos financeiros por indexador						
CDB-DI	15.814	4.407				
FUNDO DE INVESTIMENTO BANCOS REFERENCIADOS DI	18.946	38.461				
	<b>34.760</b>	<b>42.868</b>				



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>

## GUARACIABA TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP SUL) S.A.

CNPJ/MF nº 15.286.437/0001-00

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia. **Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras:** A Companhia está exposta ao risco de variação das taxas de juros dos instrumentos financeiros em aberto ao fim do exercício deste relatório. Para elaboração da análise de sensibilidade, considera-se a curva histórica dos índices econômicos, bem como projeções divulgadas por entes com reconhecimento de mercado. Para aplicações financeiras, a política de investimentos da companhia restringe-se a instrumentos de renda fixa, estando sua exposição atrelada principalmente ao risco de variação do CDI, porém somente em relação aos ganhos financeiros, não havendo impacto nas contas de ativo. **Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - financiamentos:** Com relação aos empréstimos e financiamentos, a exposição da companhia está relacionada à variação da TJLP, indexador do Contrato de Financiamento com o BNDES, e ao IPCA, indexador da Segunda Emissão de Debêntures. As projeções indicativas para a variação da TJLP nos próximos meses não trazem alterações materialmente relevantes para o total de despesas financeiras da companhia no próximo período. As variações do IPCA são capturadas no reajuste anual da RAP, rebalancando o fluxo de caixa da Companhia e por isso, eventual aumento na despesa financeira seria acompanhado em aumento da Receita de Serviços, ainda que em momentos diferentes. • Risco de inflação - a receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. **c) Riscos operacionais:** Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. • Risco técnico - a infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, eventos decorrentes de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, a Companhia pode ter seu caixa impactado pelos custos necessários para o reestabelecimento das instalações às condições de operação, ainda que não haja desconto da Parcela Variável de Indisponibilidade (PVI), decorrente de eventuais indisponibilidades de suas Linhas de Transmissão. A Companhia mitiga o risco de perda de ativos mediante a contratação de cobertura securitária para a totalidade dos ativos de transmissão. • Riscos regulatórios - a Companhia está sujeita a extensa e complexa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. • Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura - caso a Companhia, por determinação regulatória, necessite expandir os seus negócios com a construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Ainda assim, qualquer novo investimento aprovado pelo Poder Concedente será remunerado por incremento da RAP. O risco de atrasos na construção de novas instalações pode estar ligado ao fato de a Companhia depender de terceiros para

fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia. Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores. • Risco de seguros - a Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil contra terceiros para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota critérios na contratação dos seguros com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, contratando cobertura para a totalidade de seu ativo e limitando os valores de indenização com base em estudos de perda máxima provável, resultando em elevados níveis de cobertura securitária. **21.1. Categorias de instrumentos financeiros:**

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Caixa restrito	Valor justo por meio do resultado
Contas a Receber	Valor justo pelo custo amortizado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros
Debêntures	Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. **Classificações contábeis e valores justos:** No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: • Caixa e equivalentes de caixa - contas correntes e aplicações financeiras conforme posição dos extratos bancários. • Caixa restrito - representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das Debêntures. • Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. • Debêntures - a Companhia considera que os valores justos para as debêntures são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. **Hierarquia do valor justo:** • Nível 1 - preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 - inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado. **Gerenciamento do capital:** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais

divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários. **22. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Na data de fechamento deste relatório, a cobertura de seguros era como abaixo:

Tipo de seguro	Vigência		Limite máximo de indenização	Apólice
	Início	Fim		
Riscos Operacionais	12/09/2025	12/09/2026	R\$60.000	02852.2025.0001.0196.0007482
Responsabilidade Civil	12/04/2025	12/04/2026	R\$10.000	5100000049525

**23. Transações com partes relacionadas:** a) **Remuneração de Administradores:** Até 31 de dezembro de 2025 o total destinado à remuneração dos Conselheiros e Administradores foi de R\$995 (R\$1.036 em 31 de dezembro de 2024). b) **Operações comerciais:**

Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>				
Copel Geração e Transmissão S.A.	Contas a receber	Receita Anual Permitida	148	184
COPEL Distribuição S.A.	Contas a receber	Receita Anual Permitida	466	535
		Total	614	719

**Passivo**  
Silvânia Transmissora de Energia S.A. Fornecedores Custo de O&M - 74  
Total - 74

Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2025	31/12/2024
<b>Dividendos a pagar</b>				
Copel Geração e Transmissão S.A.	Dividendos	Dividendos	28.107	34.017
State Grid Brazil Holding	Dividendos	Dividendos	29.255	35.405
		Total	57.362	69.422

Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2025	31/12/2024
<b>Resultado (Receitas)</b>				
Copel Geração e Transmissão S.A.	Receita Operacional	Receita Anual Permitida	2.119	4.423
COPEL Distribuição S.A.	Receita Operacional	Receita Anual Permitida	6.618	13.138
		Total	8.737	17.561

Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2025	31/12/2024
<b>Resultado (Despesas)</b>				
State Grid Brazil Holding - Aluguel	Custos administrativos	Aluguel	129	119
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	Custo Operacional	Custo O&M	-	427
Silvânia Transmissora de Energia S.A.	Custo Operacional	Custo O&M	1.091	531
		Total	1.220	1.077

**Changwei Chen - Diretor Presidente e de Finanças**      **Carlos Eduardo Moscalewsky - Diretor Técnico e de Meio Ambiente**      **Vanessa da Silva Sá Freire - Contadora - CRC-RJ-087216/O-4**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Acionistas e Diretores da **Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.** - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do ativo de contrato:** Conforme divulgado na Nota 4.a às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que, mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$1.571.347mil. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfatória ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão

de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) o entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise da existência ou não de margem nos contratos; iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de construção e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realiza-

da de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2026.

**ERNST & YOUNG** - Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC 2SP-015199/F  
**Pia Leocádia de Avellar Peraita** - Contadora  
CRC RJ-101080/O



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>